

PREÂMBULO

- a) Uma resistência adquirida antimicrobiana tem lugar quando microrganismos (como bactérias, fungos, vírus e parasitas) se adaptam e se desenvolvem na presença de medicamentos antimicrobianos (como antibióticos, antifúngicos, antivíricos, antimaláricos e antelmínticos), resultando numa ineficácia do medicamento, persistindo no hospedeiro e crescendo o risco de contágio externo;
- b) As resistências antimicrobianas podem circular em populações humanas e animais, através de alimentos, água e meio ambiente;
- c) A resistência antimicrobiana é responsável por 700 000 mortes anuais a nível mundial e estão projetadas 10 milhões de mortes por dia em 2050 se as tendências atuais não forem revertidas. Destas, 0,7 milhões terão lugar na América do Norte e Europa, enquanto que os números mais altos atingirão a África e a Ásia;
- d) Durante os próximos 35 anos, prevê-se a morte prematura de 300 milhões de pessoas, custando à economia mundial mais de 100 triliões de dólares;
- e) O custo financeiro dos cuidados de saúde para doentes com infeções a micro-organismos resistentes é superior dos doentes com infeções a micro-organismos não-resistente, dada a necessidade de exames de saúde adicionais e novos medicamentos, habitualmente mais dispendiosos, situação que se agudiza na presença de comorbilidades e doenças de longa duração;
- f) A resistência antimicrobiana ameaça profundamente a saúde da população global e a sustentabilidade de respostas adequadas para combater e prevenir doenças infecciosas, requerendo o envolvimento de toda a sociedade e especial atenção por parte das organizações e profissionais de saúde;
- g) Sem antibióticos eficazes, o sucesso de procedimentos cirúrgicos e terapêuticas podem ficar gravemente comprometidos:
 - 1. Nas doenças crónicas, tratamentos como a quimioterapia oncológica e gestão da diabetes, em que o risco de infeção aumenta com o nível de comprometimento imunológico.
 - 2. Nas doenças transmissíveis, infeções causadas por bactérias resistentes da tuberculose, malária, VIH e influenza estão sujeitas a um risco acrescido de falência clínica e morte.
- h) Globalmente, estima-se que apenas 25% dos países implementaram uma política nacional de combate à resistência antimicrobiana e que menos de 40% dos países seguem uma estratégia de prevenção e controlo de resistência antimicrobiana;
- i) Estima-se que apenas metade dos antibióticos são usados corretamente;
- j) Atualmente, existem lacunas de conhecimento sobre a incidência e prevalência da resistência antimicrobiana e não estão estabelecidos padrões internacionalmente acordados para a recolha de dados e reporte de informação global e homogénea;

- k) A redução de resistências antimicrobianas requer vontade e ação política na implementação de novas estratégias de controlo da infeção e no controlo do uso de antibióticos, não só na saúde humana e animal como na produção alimentar, assegurando a qualidade, acesso, segurança e eficácia dos medicamentos;
- l) A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu em 2014, o papel relevante do farmacêutico no uso responsável dos antibióticos e na redução da resistência antimicrobiana e a Federação Internacional Farmacêutica (FIP), em 2015, valoriza a intervenção farmacêutica nesta problemática, reforçando a posição privilegiada do farmacêutico nos sistemas de saúde, como sendo o profissional de saúde mais acessível à comunidade:
1. o farmacêutico tem competências e conhecimentos específicos, desenvolve programas de promoção da saúde e prevenção da doença, tem experiência de comunicação com a população e garante a qualidade do circuito do medicamento, sendo um profissional de saúde em quem a população deposita elevado grau de confiança;
 2. o farmacêutico é o ponto de interseção entre todos os intervenientes no sistema de saúde, participando na recolha de informação e acompanhamento dos doentes, sendo vários os artigos publicados que demonstram a mais valia da sua intervenção;
- m) A CPLP reconhece o problema global do mau uso de antibióticos, o desvio de recursos de intervenções efetivas e admite que o abuso destes medicamentos para o tratamento de infeções agudas das vias respiratórias, em países com rendimento médio e baixo, acresce, em média, 36% aos custos do tratamento;
- n) A AFPLP aprovou, em novembro de 2003, em Lisboa, uma resolução onde é reforçado o compromisso dos farmacêuticos no combate à resistência antimicrobiana;

RESOLUÇÃO

A Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (AFPLP), que reúne os profissionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunida em Assembleia Geral no dia 5 de outubro de 2018, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, aprova a seguinte resolução:

É política da AFPLP:

- Expressar o seu apoio e colaborar em iniciativas internacionais de combate à resistência antimicrobiana, nomeadamente nas campanhas da Federação Internacional dos Farmacêuticos (FIP) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) de educação e alerta dos consumidores, governos e profissionais de saúde para os riscos associados a esta problemática;

- Promover a cooperação entre países e organizações profissionais para a sensibilização sobre a importância da qualidade, segurança e eficácia dos antibióticos através de campanhas, tomadas de posição, promoção de políticas de combate à resistência antimicrobiana e no desenvolvimento e uso de indicadores que monitorizem as medidas de controlo de infeção nas instituições hospitalares bem como a prescrição, dispensa, uso e eliminação de antibióticos;
- Apoiar as Associações Membro no desenvolvimento de campanhas de consciencialização dirigidas aos profissionais de saúde, público e governo, nomeadamente, através da disponibilização de informação e ferramentas de suporte à implementação de mecanismos para o controlo e combate à resistência antimicrobiana.

A AFPLP incentiva as Autoridades Reguladoras do Medicamento e Governos a:

- Demonstrarem vontade política, mobilizando os ministérios e departamentos nacionais relevantes para melhorarem, coletivamente e em intercolaboração, as capacidades dos seus sistemas nacionais de endereçarem a problemática da resistência antimicrobiana num contexto de *One Health*;
- Desenvolverem, financiarem, implementarem, monitorizarem e avaliarem os planos de ação nacionais para a contenção da resistência antimicrobiana e envolverem formalmente todos os grupos interessados, incluindo os profissionais de saúde, sector privado, academia e sociedade;
- Desenvolverem e implementarem um programa de vigilância representativo nacional, para a monitorização, quantificação e reporte de padrões de uso de medicamentos antibióticos e das suas resistências humanas, animais e ambientais;
- Criarem e implementarem medidas para o uso responsável de medicamentos antimicrobianos nos sectores humano, animal e ambiental;
- Colaborarem com os profissionais de saúde no sentido de facilitar a implementação de intervenções comportamentais e educacionais para a sensibilização e promoção do uso adequado destes medicamentos;
- Elaborarem e incentivarem a adoção de diretrizes e documentos de boas-práticas e, quando apropriado, imporem restrições para a prescrição, dispensa, composição e utilização de antibióticos em todos os setores, limitando o desenvolvimento das resistências;
- Garantirem que os antibióticos são produzidos em embalagens de dimensões correspondentes ao período de terapêutica;
- Reforçarem e aplicarem em todos os setores controlo legislativo no que toca a autorizações de mercado, de promoção, importação, exportação, prescrição, dispensa, eliminação e vias de distribuição, incluindo pela internet ou por telecomunicações (telemedicina);
- Assegurarem que apenas as entidades e canais autorizados realizam a distribuição destes medicamentos, desencorajando o mercado de medicamentos falsificados e de qualidade inferior;



Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa
RESOLUÇÃO

Intervenção Farmacêutica no âmbito da Resistência Antimicrobiana

- Facilitarem a condução de campanhas de saúde pública que promovam o uso responsável dos antibióticos;
- Estabelecerem programas de prevenção, controlo, higiene e saneamento para uma eficaz contenção e gestão de infeções, assegurando que todas as populações e instalações de saúde lhes têm acesso;
- Desenvolverem programas adequados de imunização para doenças evitáveis através da vacinação para adultos, crianças e animais;
- Implementarem medidas efetivas para a recolha, tratamento e eliminação segura de resíduos medicamentosos, expirados ou não, prevenindo a contaminação do solo e água e garantir acesso à população e indústrias agrícola e farmacêutica;
- Incluírem a temática na educação pré e pós-graduada do profissional de saúde e garantirem o acesso da informação relevante sobre a resistência antimicrobiana a toda a população;
- Apoiarem a investigação e desenvolvimento de novos medicamentos que sejam eficientes e que apresentem uma boa relação custo-benefício.

A AFPLP incentiva as suas Associações Membro a:

- Trabalharemos em colaboração com os governos e asseguraremos um controlo legislativo adequado na provisão de medicamentos antimicrobianos;
- Colaboraremos com outras Ordens profissionais de saúde, desenvolvendo uma ação concertada no combate à resistência de antimicrobianos;
- Defenderemos a criação e aumentar a consciencialização de plataformas nacionais, regionais e internacionais que monitorizem, em tempo real, as dinâmicas da resistência antimicrobiana, permitindo um alerta precoce para a preparação de uma eventual estratégia de contingência;
- Promoveremos a investigação e desenvolvimento de novos antibióticos e vacinas eficientes, defendendo uma reforma de sistemas remuneratórios e de incentivos que reconheçam o valor do novo medicamento e desvinculem o acesso e disponibilidade do retorno do investimento e lucro;
- Promoveremos o papel do farmacêutico na produção sustentável, acesso, informação/edução para a saúde e uso responsável do medicamento;
- Reforçaremos o princípio de que os antibióticos de uso humano são apenas disponibilizados sob a autoridade do profissional de saúde e de acordo com a legislação e regulamentos de cada país.

A AFPLP incentiva todos os farmacêuticos e profissionais de saúde a:

- Desencorajarem ativamente o uso inapropriado de antibióticos, como a automedicação e armazenamento do remanescente para o futuro;



Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa
RESOLUÇÃO

Intervenção Farmacêutica no âmbito da Resistência Antimicrobiana

- Adquirirem antibióticos para uso humano ou animal apenas através de fontes fiáveis e de acordo com a regulação e legislação do país, garantindo a sua qualidade, segurança e eficácia;
- Encorajarem o uso de instrumentos de diagnóstico e evidência para a prescrição de medicamentos antimicrobianos;
- Garantirem que o antibiótico correto é prescrito à pessoa certa, na duração e dose corretas, com a informação e documentação corretas, optando, sempre que possível, por agentes microbianos de espectro menos alargado, com a melhor relação benefício-custo possível;
- Aquando da prescrição ou dispensa, providenciarem, quando aplicável, a informação posológica por escrito e adequarem o aconselhamento ao doente à terapêutica específica, promovendo a adesão;
- Monitorizarem eficazmente o uso de antibióticos e a adesão à terapêutica;
- Partilharem informação atualizada sobre antibióticos aos prescritores, médicos veterinários e intervenientes dos setores da alimentação e agricultura que administrem ou tenham influência no uso de antibióticos;
- Estarem ativamente envolvidos nos aspetos de higiene, saneamento e medidas preventivas de controlo de infeção dentro das comunidades e em estabelecimentos de saúde;
- Encorajarem a imunização de doenças infecciosas através da vacinação;
- Implementarem campanhas de saúde pública, educando a população sobre o uso responsável dos medicamentos antimicrobianos e a importância de proteger a sua eficácia e segurança

Assembleia Geral da Associação de Farmacêuticos de Língua Portuguesa

Cidade da Praia, Cabo Verde, 3 de outubro de 2018